

# Após empresa de Musk acatar decisões, Moraes determina volta do X no Brasil

Plataforma indicou um representante legal no País e pagou as multas impostas por descumprimento de ordens judiciais; antigo Twitter estava suspenso desde 30 de agosto

RAYSSA MOTTA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem o desbloqueio imediato da rede social X (antigo Twitter) no Brasil após a plataforma pagar R\$ 28,6 milhões em multas e indicar um representante legal no País. O X estava suspenso desde 30 de agosto.

Ao anunciar o encerramento das atividades do X em território nacional – sob alegação de censura –, em meados de agosto, o dono da plataforma, Elon Musk, elevou o tom das críticas a Moraes e desafiou a

**PR**  
Paulo Gonet se manifestou a favor do desbloqueio da rede social em território nacional

Justiça brasileira. Antes, o empresário já vinha se recusando a banir perfis de investigados por ataques à democracia, o que deu origem ao embate com o ministro do Supremo.

Pressionado pelo bloqueio, o bilionário, porém, cedeu. Além de quitar as multas impostas por descumprimento de decisões judiciais, Musk nomeou a advogada Rachel de Oliveira Villa Nova Conceição como representante legal no Brasil, como havia exigido Moraes. Com o fim da suspensão, a

Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) vai levantar o bloqueio da rede social pelos provedores de internet. Moraes ordenou que a agência tomasse todas as providências necessárias para cumprir a determinação. Conforme o prazo dado pelo ministro, o desbloqueio do antigo Twitter deveria ocorrer em até 24 horas, ou seja, até a tarde de hoje.

**'LIMITES DA LEI'** Usuários brasileiros começaram a relatar, no início da noite de ontem, que estavam conseguindo acessar o aplicativo. Em sua conta oficial na plataforma, o X anunciou o desbloqueio e defendeu a liberdade de expressão "dentro dos limites da lei".

"O X tem orgulho de retornar ao Brasil. Dar acesso a dezenas de milhões de brasileiros à nossa indispensável plataforma foi fundamental em todo esse processo. Continuaremos a defender a liberdade de expressão, dentro dos limites da lei, em todos os lugares onde operamos", afirmou a rede.

Em sua decisão, Moraes destacou que todos os requisitos exigidos para o retorno das atividades do X no Brasil foram comprovados documentalmente e certificados pela Secretaria Judiciária do Supremo. "O retorno das atividades da X Brasil Internet Ltda. em território nacional foi condicionado, unicamente, ao cumprimento integral da legislação brasileira e da absoluta ob-



Alexandre de Moraes afirmou que X cumpriu todas as exigências

servância às decisões do Poder Judiciário, em respeito à soberania nacional", escreveu.

Mais cedo, a Procuradoria-Geral da República (PGR) havia se manifestado a favor do desbloqueio da rede social. O procurador-geral da República, Paulo Gonet, afirmou que os fundamentos que justificaram a suspensão foram superados e não havia mais motivos para impedir as atividades da plataforma no Brasil.

A rede social foi impedida de funcionar porque fechou o escritório no País e se recusou a manter um responsável legal que pudesse responder pelas operações e receber notificações da Justiça brasileira. O bloqueio do X foi determinado por Moraes, no fim de agosto, e, posteriormente, no dia 2 de setembro, chancelado pela Primeira Turma do Supremo.

Ao ratificar a decisão do mi-

**"O retorno das atividades (do X) foi condicionado ao cumprimento integral da legislação brasileira e da absoluta observância às decisões do Poder Judiciário"**

Alexandre de Moraes  
Ministro do Supremo

nistro, os integrantes da Primeira Turma – Flávio Dino, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Luiz Fux – destacaram a soberania jurídica brasileira no contexto do embate entre Moraes e Musk. O magistrado relata no STF inquéritos que

atingem o bilionário e apuram campanhas de desinformação contra instituições brasileiras.

**RESPONSÁVEL.** A indicação de Rachel Villa Nova Conceição como responsável legal da plataforma foi comunicada ao Supremo no dia 20 de setembro. O nome da advogada foi acertado após a comprovação do vínculo por meio de documentos como procuração societária e registro emitido pela Junta Comercial de São Paulo.

O X também foi multado por desobedecer às decisões do STF para suspender perfis investigados e por burlar a ordem que tirou a plataforma do ar. A empresa recorreu a IPs dinâmicos, o que permitiu que a rede social voltasse a funcionar enquanto a suspensão estava em vigor. A plataforma desembolsou R\$ 28,6 milhões.

O pagamento, no entanto, atrasou a decisão sobre o retorno da rede. Isso porque, segundo Moraes, o dinheiro foi depositado na conta errada, embora a plataforma tivesse "pleno conhecimento" da conta correta. O X alegou que o pagamento foi feito por meio de guia de depósito judicial emitida por orientação do próprio STF.

Ao suspender o X, Moraes estabeleceu multa diária de R\$ 50 mil para quem burlasse o bloqueio. Na época, Musk acusou o ministro de destruir a liberdade de expressão e o chamou de "pseudô-juíz". **COLABOROU ADRIANA VICTORINO**

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Página: 8